

INTERPRETAÇÃO E TEORIA

Henryk Siewierski

*Interpretar as interpretações dá mais trabalho
do que interpretar a própria coisa.*

Michel de Montaigne

Mesmo considerando a interpretação um termo tão familiar que dispensa a definição, não se evita a necessidade de definir o seu objeto. O que é ou pode ser objeto de interpretação: apenas o que se nos apresenta como polissêmico, incompreensível à primeira vista (o resto seria então o campo das "certezas" da ciência) ou tudo que constitui o nosso mundo, inclusive a esfera do pão e do queijo? As duas respostas possíveis a esta pergunta implicam duas orientações em que se dividem as teorias contemporâneas de interpretação.

A **primeira**, em que se encontram Nova Crítica e fenomenologia com as escolas tradicionais da hermenêutica, psicanálise, estruturalismo e semiótica, restringe o campo de interpretação apenas aos fenômenos a respeito dos quais não temos um conhecimento certo (se tivéssemos, a interpretação não seria necessária), confiante de que a interpretação pode levar ao descobrimento do significado, velado, mas de uma consistência estável, objetiva, acessível às estratégias de uma decifração intersubjetiva. A **segunda** orientação — representada pelo desconstrucionismo e várias espécies do pós-estruturalismo, assim como a hermenêutica relativista de Gadamer — não separa os campos de epistemologia dos da hermenêutica, considera a interpretação um instrumento universal que nos possibilita um contato com o mundo numa constante cooperação, em que são cons-

tituídos infinitamente os atributos dos seus objetos, pois a sua "objetividade" e "autonomia" são ilusórias. Aqui a interpretação não leva ao âmago imutável do sentido, já que o sentido é sempre indefinido, e o objeto não tem nenhuma unidade orgânica, preestabelecida.

A primeira orientação é fundamentalista e "monista" na medida em que defende uma única e indivisível interpretação da obra dotada de uma objetividade semântica e de uma estabilidade estrutural. Se não houver falhas técnicas de interpretação, a nossa leitura será "completa e totalmente subordinada à letra do texto"⁽¹⁾. Mas o significado tem também aspectos contraditórios e, como mostrou Wiliam Ray em *Literary Meaning*⁽²⁾, a tentação de dar uma única, completa e coerente explicação do texto, leva a um procedimento reducionista, que opta por um aspecto do significado à custa de outro.

A segunda orientação desconhece as tentações fundamentalistas, porque desconhece uma estrutura objetiva do texto, interpretável no sentido tradicional: "se a interpretação não pode ser nunca levada até ao fim, é porque não há nada para ser interpretado. Não há nada absolutamente primordial a ser interpretado, porque a interpretação já se encontra na base de tudo"⁽³⁾.

O texto não tem um significado fixo, imutável, pois é a leitura que constitui o significado conforme a perspectiva cultural de uma "comunidade interpretativa"⁽⁴⁾. Segundo os desconstrucionistas, a fase pré-interpretativa do texto não existe. O que costuma ser considerado uma objetiva estrutura semântica da obra, já é uma interpretação. Assim as únicas interpretações possíveis são as "interpretações das interpretações", nenhuma das quais pode ser considerada mais completa ou adequada do que a outra.

As diferenças entre o fundamentalismo das escolas tradicionais e o antifundamentalismo pós-estruturalista são bem radicais, tanto no plano da concepção do texto quanto da interpretação. O modelo tradicional do texto é caracterizado pelas seguintes propriedades: **autonomia** (o texto não depende da intenção, concebida psicologicamente, do autor, nem do seu contexto histórico, ideológico ou social); **objetividade** (a estrutura semântica do texto é um objeto independente da interpretação, objeto que a precede e que tem uma estabilidade estrutural); **unidade** (o texto é uno, tanto no sentido da integridade, quanto da unidade numérica).

Quanto à interpretação, o seu modelo tradicional é definido por: **correção** (que pode ser verificada no âmbito de um determinado método); **adequação** (em relação ao objeto de interpretação que a precede e

que dela não depende); **totalidade** (a interpretação é compacta e completa).

O modelo antifundamentalista (desconstrucionista, pós-estruturalista, etc.) pode ser definido como uma negação das propriedades do texto e da sua interpretação segundo o modelo tradicional. A **autonomia** do texto aqui não existe, já que ele é inconcebível fora do meio dos outros textos ("Não há texto em si"). As determinações do contexto e a sua própria inércia semântica tornam impossível o "fechamento" do texto, constituído só no processo da leitura, portanto privado do significado fixo, da **objetividade** e da **unidade**, pois como um feixe heterogêneo de códigos e propriedades não pode ser reduzido a uma única organização estrutural. Por isso também nenhuma interpretação pode ser **correta**, **adequada**, nem satisfazer os dois critérios da **totalidade** (não pode ser nem compacta nem completa).

O questionamento tão radical dos axiomas do fundamentalismo leva os desconstrucionistas a um ceticismo igualmente fundamentalista, pois com as suas pretensões "totalizantes" parecem fundamentalistas decepcionados. "Toda leitura é desleitura (*misreading*), porque seu objeto (o texto) não tem uma existência objetiva e depende da interpretação que, por sua vez, é privada dos critérios de correção. A verdade absoluta é inatingível, e as verdades parciais, historicamente alternáveis. Como todo ceticismo extremo, também este carece de uma fundamentação teórica e prática. Como pode ter certeza de que "toda leitura é desleitura" quem não tem certeza da leitura de um único texto?

As duas orientações da teoria da interpretação são obviamente bem mais complexas do que os seus modelos aqui esboçados. São modelos cuja função principal é levar às últimas conseqüências os aspectos antagônicos, e não podem servir de chave de compreensão das teorias específicas, nem das idéias de Derrida, o principal responsável pelo antagonismo gerado pela desconstrução.⁽⁵⁾

Segundo Derrida, a indefinibilidade não é atributo de todo texto, mas apenas "em certas situações históricas e teóricas, certas categorias podem revelar esta indefinibilidade". Também o pluralismo radical não faz parte do seu *credo*:

Não sou pluralista e nunca disse que todas as interpretações são iguais, mas eu não escolho. As próprias interpretações se selecionam (...). Não poderia dizer que umas interpretações sejam mais verdadeiras do que as outras. Poderia dizer, que são mais fortes do que as outras. A hierarquia existe aqui entre as

forças, e não entre a verdade e a falsidade. Há interpretações que traduzem (explicam) mais significados, e isto é o critério.

Além disso, Derrida não despreza a análise da intenção do autor e não aprova uma oposição entre significado baseado no autor e o significado constituído pelo leitor, oposição que resulta, segundo ele,

de uma errônea compreensão da desconstrução como uma interpretação livre, baseada apenas nas fantasias do leitor. Ninguém é tão livre, que possa ler o que quiser. O leitor não interpreta livremente, tomando em consideração apenas a sua própria leitura e excluindo o autor, o tempo histórico em que o texto apareceu, etc.⁽⁶⁾

Este distanciamento de Derrida em relação às conclusões extremas dos seguidores do desconstrucionismo mostra uma dinamicidade e o lado individual do pensamento do principal protagonista daquela orientação, que no seu modelo sintético acima apresentado ficaram apagados. Também uma aproximação aos representantes do modelo tradicional pode mostrar que o seu "fundamentalismo" não é tão inflexível, e que é possível uma superação dos limites da teoria, o estruturalismo, por exemplo, como no caso de Barthes ou Culler.

Tais resistências à ação petrificadora das teorias são sintomáticas de uma outra antinomia: aquela que contrapõe a teoria à interpretação, e que transcende o conflito entre as duas orientações aqui apresentadas.

A interpretação, que dominava nos tempos da Nova Crítica e da Arte de Interpretação, passou a ser nos tempos do estruturalismo sujeita à teoria, até que o pós-estruturalismo lhe devolvesse a posição central na ciência da literatura. O estruturalismo era *Contra a interpretação*, como diz o título do livro de Susan Sontag, e o fim do estruturalismo trouxe uma reação *Contra a teoria*, o título do trabalho de Knapp e Michaels⁽⁷⁾. Como resultado, podemos observar uma tal expansão e diversificação da interpretação, que chega a ser questionada a necessidade da sua teoria⁽⁸⁾.

Com a ferramenta analítica da poética estruturalista pretende-se decifrar a organização estrutural da obra como algo dado objetivamente e, em consequência, reconstruir o processo de emergência do significado, assim como o sistema de regras e convenções inerentes às estruturas da língua e da mente humana. Havia um axioma de homologia entre a estrutura semântica do texto e as profundas normas mentais da organização da nossa experiência. O objetivo da teoria era alcançar essas profundas e fixas estruturas da mente e legitimar assim o método que identificava o sig-

nificado do texto com a razão universal, e a leitura com o cumprimento do roteiro da decifração correta, resultante dos princípios universais de uma participação competente no processo de comunicação lingüística, literária, cultural⁽⁹⁾.

A crítica pós-estruturalista questiona, em primeiro lugar, o caráter objetivo da estrutura da obra literária, que agora passa a ser tanto o objeto do discurso de interpretação, quanto o instrumento que serve a sua pesquisa. Desmorona também o mito do status metalingüístico do discurso analítico. Agora, para o interpretador, o texto interpretado não pode ser apenas o objeto do discurso; a relação dialógica entre o interpretador e a coisa interpretada desestabiliza a hierarquia tradicional da ciência literária. A teoria deixa de ser uma instância sancionadora geral do método e uma garantia de que este — devidamente aplicado — resultaria numa interpretação correta. Passa a ser apenas uma articuladora dos princípios de uma concreta leitura crítica. E a interpretação, tão subordinada antes à teoria, considerada uma atividade tão imperfeita por natureza, tornou-se agora um instrumento insubstituível de teste das concepções teóricas⁽¹⁰⁾.

Desobedecendo às teorias, passando do servilismo à insubordinação, desenvolvendo as ações heterodoxas ou rebeldes — a prática de interpretação revela-se uma importante forma da crítica das doutrinas da teoria literária. Uma crítica feita não das posições externas em relação à determinada concepção teórica da obra literária, mas como que emergente de uma forma orgânica das tentativas da sua aplicação⁽¹¹⁾.

*

Qualquer que seja a sua orientação, a crítica, em geral, é viciada pelo pecado original da curiosidade que reduz algo desconhecido a algo conhecido, algo complexo a algo mais simples. Os especialistas da "compreensão" e da "explicação" não querem ser simplesmente os gratos moradores do jardim do texto. Costumam procurar o mistério da sua origem, o seu princípio unificador e, em conseqüência, reduzi-lo a um modelo que explica e simplifica tudo. Mas este não é um vício apenas dos nossos tempos, já Proust no seu ensaio *Contre Sainte-Beuve* aponta o autor de *Nouveaux lundis* como o padroeiro dos críticos que reduzem o desconhecido ao conhecido e que explicam o literário pelo não-literário.

Mas a curiosidade que reduz não é a única curiosidade possível. Na história da ciência encontramos também a curiosidade que amplia e

leva de volta ao Éden da plenitude caótica do mundo. Caótica, não quer dizer privada de qualquer ordem. Há muito que os matemáticos, físicos e filósofos suspeitavam que devia haver uma espécie de ordem matemática também naquilo que nos parece privado de qualquer ordem. E hoje sabemos exprimir matematicamente cada vez mais fenômenos, outrora considerados indescritíveis dessa forma. É possível descrever com um algoritmo matemático a configuração das nuvens ou o movimento de uma folha caindo da árvore. Sabemos encontrar regularidades nas irregularidades, nos fenômenos instáveis e imprevisíveis. Porém, a descoberta do caos determinista pela física moderna e a criação da sua teoria não implica a possibilidade de reduzir tudo a um único modelo de Mundo-Máquina. Compreendemos melhor um fenômeno na medida em que o observamos de vários ângulos, criando vários modelos, que podem inclusive parecer contraditórios entre si. Portanto, o caos tem, apesar de toda sua desordem e instabilidade, uma certa estrutura profunda, uma certa ordem matemática, cujo conhecimento permite controlar o seu potencial destrutivo e torná-lo previsível. A sua harmonia interior gera as formas casuais da natureza, que parecem imitar a criação livre do artista⁽¹²⁾.

Se a física, que se ocupa da procura de um princípio unificador ou — usando as palavras de Heisenberg — de uma ordem central das coisas e dos fenômenos, inclusive caóticos, mostra que o mundo é complicado demais para poder ser reduzido a um simples modelo, quanto mais modelos exige uma aproximação aos objetos que não são completamente determinados pelas leis da natureza, mas que contém o elemento da criatividade humana?

Uma das formas da curiosidade que amplia pode ser considerada a hermenêutica gadameriana. Gadamer abdica do papel de quem compreende melhor e transmite aos outros os frutos da sua descoberta ou iluminação. É antes um mestre e um exemplo vivo do ceticismo epistemológico. Poderia-se dizer: troca certeza incomum por incerteza comum, pois é a comunidade humana que está sendo considerada a origem da razão e não o contrário. O autoconhecimento é uma ilusão; a razão absoluta é inatingível para o homem sempre limitado de uma ou de outra maneira. Compreendemos algo só quando nossa compreensão pode ser comunicada aos outros. A compreensão acontece entre as pessoas e não dentro de um indivíduo isolado. Por isso ninguém que faz parte da comunicação inter-humana pode pretender o direito de ter uma razão exclusiva: a própria definição da razão supõe a possibilidade de que a opinião oposta à minha seja certa. A base de qualquer compreensão é a comunidade: a comunidade dos homens que falam uma língua cujos sinais (as palavras) não são

unívocos, não têm os significados prontos, atribuídos de uma vez por todas, mas falam só no contexto de comunicação inter-humana que sempre de novo os define. Os conceitos não são fixos, fechados, mas móveis e abertos tanto para o passado quanto para o futuro. A língua não é apenas um sistema de signos a serviço da comunicação, é antes de tudo um espaço do pensamento e da compreensão comuns.

Compreendemos o mundo só no decorrer da comunicação na língua. Gadamer não quer dizer que não existem outras formas de comunicação, ele afirma apenas que tudo que tem algum significado, significa só quando pode ser explicado aos outros na língua que falamos. O sentido do mundo que se manifesta na língua não pode ser expresso em monólogo, pois exige uma conversa da qual ninguém pode ser excluído e em que a ninguém pode pertencer a última palavra.

"Seria mau hermeneuta aquele que imaginasse que a ele pertence a última palavra", diz Gadamer no posfácio de *Wahrheit und Methoden*. As palavras, as enunciações, as teorias em si são privadas de significado, a verdade não fica enclausurada neles. As palavras singulares têm pouca importância, só no contexto da vida começam a representar a verdade, e por isso Gadamer diz que a razão está presente só quando os homens conversam. Portanto a razão é histórica (finita e universal ao mesmo tempo), tem caráter extra-individual e sua origem é a comunidade humana. O sentido do mundo não é dado ao homem de uma forma pronta, mas *in statu nascendi*, no processo infinito de comunicação entre os homens. A verdade — segundo Gadamer — não pode ser possuída, nenhuma pergunta pode ter uma resposta definitiva. Conhecer é abrir-se às novas experiências, participar conscientemente na comunicação inter-humana. Não tanto a experiência, quanto a disponibilidade constante para as novas experiências define a finalidade do conhecimento.

Por isso, a hermenêutica de Gadamer não deve ser vista nem como um método de interpretação, nem uma teoria, mas antes de tudo como uma tentativa do pensamento que quer preservar a comunidade sem fechá-la num sistema, sem transformá-la num monólogo; um processo vivo de conhecimento da inexplorável riqueza do sentido. Ela acende mais dúvidas a respeito das nossas possibilidades de compreensão do que sinais luminosos indicando a verdade. Mas, em compensação, deixa claro que a compreensão não é tudo (porque existe o incompreensível), e que pode ser amado também o que não é compreendido. Pode e, talvez, deve ser amado, porque é o amor que estende as asas da compreensão e que nos permite "superar as distâncias espirituais entre os homens e entre as épo-

cas da história"⁽¹³⁾, e assim cumprir, cada um a seu modo, a suprema finalidade da hermenêutica.

Os desconstrucionistas certamente iriam reclamar também o direito a serem incluídos entre aqueles cuja curiosidade amplia. Eles também não querem nutrir a fé na existência de um significado definido e uno, nem na possibilidade de uma explicação certa e definitiva⁽¹⁴⁾. Porém, impõe-se a pergunta até que ponto o desconstrucionismo seria realmente uma curiosidade que amplia, e até que ponto jogo, que, sem dúvida, pode ampliar, mas em que também é fácil perder-se. Mas esta já é uma outra questão.

NOTAS:

- (1) RIFFATERE, Michael. Interpretation and Undecidability. *New Literary History*, 1981, vol.12, no. 2.
- (2) RAY, William. *Literary Meaning. From Phenomenology to Deconstruction*. Oxford, 1985.
- (3) FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud, Marx*. In: *Transforming Hermeneutic Context: From Nietzsche to Nancy*. Ed. Introduction by G.L.Ormiston and A.D.Schrift, New York, 1990, p.64.
- (4) FISCH, Stanley. *Is There a Text in This Class? The Authority of Interpretive Communities*. Cambridge, Mass., 1980, p.306.
- (5) Não faltam os trabalhos que chamam a atenção a este antagonismo das duas principais teorias de interpretação. O autor de um deles, J.Margolis, afirma que existem apenas duas importantes teorias de interpretação: a "teoria de adequação" (a primeira das aqui apresentadas) e a "construtivista" (a segunda). MARGOLIS, Joseph. Reinterpreting Interpretation. *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, 1989, vol. 47, nr 3. No presente trabalho servimo-nos sobretudo de uma visão sintética e crítica das duas orientações, de Ryszard NYCZ no seu recente livro *Tekstowy świat. Poststrukturalizm a wiedza o literaturze*. Warszawa, 1993 (em especial capítulo "Teoria interpretacji: problem pluralizmu", pp.83-120).
- (6) A citação de Derrida vem de: KEARNS, James., NEWTON, Ken. An Interview with Jacques Derrida. In: EASTHOPE, Anthony. *British Post-Structuralism since 1968*. London, 1988.
- (7) SONTAG, Susan. *Against Interpretation and Other Essays*, New York, 1961; *Against Theory: Literary Studies and the New Pragmaticism*. Ed., Introd. by W.J.T.Mitchell, Chicago, 1985. Cf. também MAN, Paul de. *A resistência à teoria*. Lisboa, 1989.

- (8) Sobre a impossibilidade da teoria de interpretação veja: SHUSTERMAN, Richard. Beneath Interpretation. *The Monist*, 1990, vol.73, nr 2.
- (9) Cf. CULLER, Jonathan. *Structuralist Poetics. Structuralism. Linguistics and the Study of Literature*. London, 1975.
- (10) NYCZ, Ryszard. Op.cit., p.93-95.
- (11) SLAWINSKI, Janusz. Uwagi o interpretacji (Literaturoznawczej). In: *Interpretacja dzieła*. Red. M.Czerwinski, Wroclaw, 1987, p.56.
- (12) As presentes considerações sobre a teoria do caos da física moderna baseiam-se, em grande parte, numa visão sintética de Andrzej Fulinski no seu artigo "Sobre o caos e o acaso, assim como sobre o determinismo, reducionismo e outros pecados dos físicos, ou seja sobre as alterações na imagem do mundo vistas por um deles", *Znak*, 457(1993):31-49.
- (13) GADAMER, Hans-Georg. *Ästhetik und Hermeneutik*. In: *Kleine Schriften, II, Interpretationen*. Tübingen, 1967.
- (14) Sobre a relação Gadamer-Derrida cf. HOY, David Couzens. *The Critical Circle. Literature, History, and Philosophical Hermeneutics*. Berkeley, 1978, pp.77-84.

HENRYK SIEWIERSKI é professor do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da UnB. Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Jagueloniana de Cracóvia (Polônia).